

DIÁRIO DO GOVÊRNO

Toda a correspondência, quor oficial quer relativa à assinatura do Diário do Govérno e à publicação de anúncios, deve ser dirigida à Direcção Geral da Imprensa Nacional, bem como os periódicos que trocarem com o mesmo Diário.

ASSINATURAS														
As 3 séries				Ano	188	ł								
A 1.ª súrie.				13						•	٠	٠	٠	4\$50
A 2.ª série.							29							
A 3.8 série.				n	5\$	ŧ	25		٠		•	•	٠	2850
Avulso: até 4 pág., 504; cada fl. de 2 pág. a mais, 502														

O preço dos anúncios é de \$06 a linha, acrescido de \$01 de sêlo por cada um, devendo vir acompanhados das respectivas importâncias. As publicações literárias de que se recebam 2 exemplares anunciam-se gratuitamente.

SUMÁRIO

Ministério das Finanças:

Portaria n.º 799, autorizando a Companhia de Seguros «A Lisbonense» a introduzir várias garantias nas suas apólices.

Ministério do Fomento:

Portaria n.º 800, estabelecendo a forma por que devem ser passados os certificados exigidos pelas alfândegas inglesas para o despacho de aguardentes.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS Secretaria Geral

PORTARIA N.º 799

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro das Finanças, de conformidade com a consulta favoravel do Conselho de Seguros, autorizar, como requereu, a Companhia de Seguros «A Lisbonense», com sede em Lisboa, a introduzir nas suas apólices as seguintes garantias: nos riscos terrestres de transportes — contra incêndios e roubos em virtude de tumultos populares ou de guerra; nos riscos terrestres em geral - contra furto e roubo sem ser proveniente de tumultos, ou sendo-o, e também o risco de guerra por beligerância do país; nos riscos terrestres — contra o choque de automóveis com qualquer outro veículo; nos riscos de transporte marítimo de animais — contra o caso de morte causada por acidentes de transporte; nos riscos marítimos - contra roubo ou falta de valores em transporte; e a explorar o novo ramo de seguros de furto e roubo, segundo as condições por ela apresentadas na Secretaria do referido Conselho.

Paços do Governo da República, 17 de Outubro de 1916.— O Ministro das Finanças, Afonso Costa.

NINISTÉRIO DO FOMENTO

Direcção Geral da Agricultura

Secção do Fomento Comercial

Portaria n.º 800

Exigindo as alfandegas inglesas certificados comprovativos de que as aguardentes a despachar tenham, pelo menos, três anos de fabrico;

Considerando que a exportação de aguardentes beneficia a viticultura nacional, não se devendo, por isso, por-lhe embaraços, mas convindo ter em atenção, para o crédito dos mesmos produtos e do seu comércio, que os referidos certificados dêem toda a garantia que a lei inglesa impõe:

Manda o Governo da República Portuguesa que os certificados exigidos pelas alfandegas inglesas para o despacho de aguardentes sejam passados da forma seguinte:

a) A casa exportadora participará por escrito, com a necessária antecedência, à Secção do Fomento Comercial da Direcção Geral da Agricultura, qual a quantidade de aguardente que deseja exportar, época em que conta realizar essa exportação, seu destino e local onde se encontra a aguardente armazenada;

b) A secção do Fomento Comercial requisitará, da respectiva Direcção dos Serviços Agrícolas, a verificação da quantidade de aguardente a exportar, colheita imediata de amostras e sua análise, de cujo boletim deverá constar se a aguardente é vinica e velha;

c) Os boletins de análise serão enviados à Direcção Geral da Agricultura, passando a Secção do Fomento Comercial os certificados, não havendo inconveniente.

Paços do Govêrno da República, 17 de Outubro de 1916.—O Ministro do Fomento, Francisco José Fernandes Costa.